

## **A LÍNGUA INGLESA E O ENSINO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS NO SÉCULO XXI: PROBLEMAS E PERSPECTIVAS**

**Roseane Kellen dos Santos Duarte**<sup>1</sup>

anekellen.duart@gmail.com

Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

**Alexandre António Timbane**<sup>2</sup>

alextimbana@gmail.com

Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

### **RESUMO**

A língua inglesa é um idioma falado por mais de 948,6 milhões de pessoas no mundo. No Brasil é ensinado como língua estrangeira no ensino fundamental e médio. A pesquisa visa analisar a situação do inglês no Brasil discutindo a entrada dos anglicismos no português para depois reconhecer a importância do ensino na progressão acadêmico-profissional dos alunos. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica que a partir de leituras e debates teóricos dos diversos autores se procurou caminhos e perspectivas para um ensino de qualidade. Conclui-se que o Brasil precisa adotar novas metodologias de ensino que efetivamente ensinem os alunos para se comunicar em inglês. Falar inglês abre caminhos internacionais que os alunos precisam num mundo globalizado como é do século XXI. A pesquisa termina apresentando perspectivas do inglês no mundo e propõem alguns caminhos para a melhoria da qualidade de ensino de língua inglesa.

**Palavras-Chave:** Inglês; Ensino; Políticas linguísticas; Anglicismos.

### **THE ENGLISH LANGUAGE AND THE TEACHING OF FOREIGN LANGUAGES IN THE SEC. XXI: PROBLEMS AND PERSPECTIVES**

---

<sup>1</sup> Licenciada em Linguística e Língua Portuguesa pelo Instituto de Humanidades e Letras, da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), professora do ensino fundamental na Escola Particular da Cidade de São Francisco, Bahia, Brasil. É membro do Grupo de Pesquisa África-Brasil: produção de conhecimento, sociedade civil, desenvolvimento e Cidadania Global.

<sup>2</sup> Doutor em Linguística e Língua Portuguesa (2013) pela UNESP-Brasil, Mestre em Linguística e Literatura moçambicana (2009) pela Universidade Eduardo Mondlane-Moçambique. É professor Permanente da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Instituto de Humanidades e Letras, Campus dos Malês, Bahia. Tem experiência no ensino e na pesquisa na área de Sociolinguística e Dialectologia com enfoque na variação e mudança lexical do Português (Estudos do Léxico), Contato linguístico e Línguas Bantu. Membro do Grupo de Pesquisa África-Brasil: produção de conhecimento, sociedade civil, desenvolvimento e Cidadania Global.

**ABSTRACT**

The English language is a language spoken by more than 948.6 million people in the world. In Brazil he is taught as a foreign language in primary and secondary education. The research aims to analyze the situation of English in Brazil discussing the entry of anglicisms into portuguese and then recognize the importance of teaching in the academic-professional progression of students. It is a bibliographical research that from the theoretical readings and debates of the various authors, has looked for ways and perspectives for a quality teaching. We conclude that Brazil needs to adopt new teaching methodologies that effectively teach students to communicate in English. Speaking English opens international paths that students need in a globalized world such as the 21th century. The research ends up presenting perspectives of English in the world and proposes some ways to improve the quality of English language teaching.

**Keywords:** English; Teaching; Language policies; Anglicisms.

**CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

Em todas as sociedades humanas, a língua tem sido o instrumento mais importante de comunicação. Essa comunicação se processa em três modalidades: modalidade oral, escrita e de sinal. A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é uma língua autônoma com estrutura própria e independente. Os gestos não constituem a língua de sinais e pertencem ao que chamamos por linguagem não-verbal que sempre acompanha a modalidade oral de comunicação.

Segundo Saussure (2006), em seu livro “Curso de linguística geral” define a língua como “um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos” (Saussure, 2006, p.17). Saussure mostra que a língua é uma construção social onde a cultura desempenha um papel preponderante para a identidade do corpo social. É a política linguística que estabelece o estatuto do uso de cada língua. Sendo assim, as línguas podem ser classificadas em: língua oficial, língua franca, língua segunda, língua estrangeira (LE), língua nacional entre outras.

Em muitos momentos a língua de um povo corresponde a etnia ou grupo falante da mesma. Em alguns casos, a língua pode ser subdividida em dialeto, variante e variedade. É na sociedade onde a língua se perpetua, continuando a expansão de gerações em gerações através da oralidade. A língua, sendo fenômeno social deve ser estudada dentro do seu contexto sociocultural, observando as variáveis sociais e linguísticas que impulsionam as variações. Não falamos da mesma forma em diversas situações. Cada situação de comunicação exige a aplicação do contrato social estabelecido

não apenas pela sociedade, mas também pela cultura e pelas políticas linguísticas. Para Fernandes (2010)

A língua é um sistema de signos compartilhados, um sistema de combinações possíveis presentes na mente humana. É, portanto, um conceito abstrato. Já a fala é a concretização desse sistema; é quando escolhemos dentre as possibilidades de combinação de sons (fones), sílabas, e assim, falamos. É, portanto, um conceito concreto. (Fernandes, 2010)

Existem dois elementos fundamentais que Saussure observa no seu “Curso de Linguística Geral”: o primeiro é a língua (que é uma entidade abstrata) e o segundo que é a fala (elemento concreto, ou melhor, a materialização da língua). Saussure (2006) mostra que todo o funcionamento linguístico se encontra na língua, quer dizer, é onde ficam armazenadas as regras da comunicação incluindo o léxico. Na fala, o ser humano se aproveitou dos sistemas respiratório e digestivo para produzir sons da fala. No caso da língua de sinais se inclui o sinal. O sinal corresponde a materialização da língua.

Segundo Timbane (2014, p.53), “as línguas nunca param no tempo enquanto instrumento de comunicação simplesmente as línguas mudam, de forma contínua, paulatina e progressiva”. Com isso pretende-se afirmar que a língua jamais ficará estática e é necessário que a cada dia adequemos aos contextos. Na língua as palavras aparecem (neologismos) e desaparecem (arcaísmos), funções sintáticas e morfológicas aparecem e outras se mantêm.

A norma-padrão, por exemplo, tenta “congelar” a língua no tempo mantendo uma gramática fixa. A “norma não padrão” ela é atualizada e procura adaptar-se aos momentos atuais sendo a mais dinâmica. O que usualmente chamamos de “norma não padrão” é ao mesmo tempo “padrão” porque não existe uma norma sem padrão. Por exemplo: “os menino canta”. Nesta frase observa-se que o falante respeita uma norma que autoriza a marcação do número no determinante e fazendo com que essa marca faça réplica nos restantes elementos da frase. Concluindo, seria estranho se o falante dissesse “o meninos canta” ou “o menino cantam”.

O ensino de línguas estrangeiras em muitos momentos se baseia na gramática normativa que é conservadora e estática no tempo e espaço. Por isso que ainda há preconceito linguístico que afirma que o melhor português é aquele que é falado em Portugal (ou ainda, o melhor inglês é o da Inglaterra), mas essa afirmação não corresponde à verdade e nem se baseia em evidências científicas. Não existem falas melhores que as outras, o que se observa é a variação linguística que é comum em todas as línguas do mundo. A “norma-padrão” sendo uma Lei (apoiada pela Política linguística) precisa ser cumprida pelos falantes que pretendem obter ascensão social e econômica. Outra questão

importante a sublinhar é o fato de que a “norma-padrão” exclui a sociedade, classificando em analfabetos e alfabetizados.

No ensino de uma língua é necessário que o professor tenha em conta a variação e a cultura linguística. A língua e a cultura são faces da mesma moeda. Pretende-se mostrar que existe uma só Língua Inglesa (doravante LI) da qual se tem variantes e variedades linguísticas que devem ser respeitadas sem julgá-las. Para Carvalho (2009), toda língua em uso é dinâmica e que suas manifestações podem provocar mudanças sociais, integrando novas formas, novas necessidades expressivas que ao longo do tempo se renovam. Dado seu caráter dinâmico, a língua não é um produto acabado e pronto, ela vai variar e se refazer continuamente. O inglês alcançou *status* jamais visto em nenhuma outra língua nas últimas décadas, como veremos mais adiante.

Segundo Crystal (2005), a variação é apenas um ciclo natural que toda língua está sujeita em sua existência, pois nenhuma língua vive de forma isolada, todas mantêm algum tipo de contato umas com as outras. Isso faz com que se influenciem mutuamente. As de maior alcance, tidas como principais línguas internacionais (mandarim, português, espanhol e francês) exercem mais influência sobre suas línguas de menor expressividade. E o inglês, como língua global, por natureza, exerce influências sobre todas as outras.

A pesquisa visa analisar a situação do inglês no Brasil discutindo a entrada dos anglicismos no português para depois reconhecer a importância do ensino do inglês nas escolas. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica que a partir de leituras e debates dos diversos autores se procura caminhos e perspectivas para um ensino de qualidade de línguas estrangeiras. A pesquisa analisa a entrada de vários anglicismos, a sua integração e uso no português.

O texto inicia discutindo a política e o planejamento linguísticos da LI. Na segunda seção, o texto discute os processos de entrada e de uso dos anglicismos no português. Na terceira parte, o texto discute as LDB do ensino do inglês nas escolas brasileiras. O texto termina apresentando perspectivas do inglês no mundo e propõem alguns caminhos para a melhoria da qualidade de ensino de LI no Brasil.

## 1. POLÍTICA E PLANEJAMENTO LINGUÍSTICOS DO INGLÊS

Num mundo globalizado e de crescente inovação tecnológica é natural que haja intenso contato entre as diferentes culturas, acentuando também diversos processos de influência mútua, contribuições na forma de empréstimos culturais ou linguísticos. Toda língua, em determinado momento recebe contribuições que são os empréstimos de outras línguas e isso é notável na LP.

Na perspectiva de Alves (1996), a LI mais do que qualquer outra, tem emprestado itens lexicais à LP, principalmente nos campos tecnológico/científico. As modernas tecnologias e as redes sociais vêm aproximando as pessoas de uma forma virtual, mas possibilitando que haja empréstimos lexicais entre as línguas que usam mais essas tecnologias. Todas as línguas deveriam ter o mesmo valor no mundo, tal como a UNESCO (1996) determina na declaração em seu artigo 3º:

1. Todos têm direito a aceder ao conhecimento da língua própria da comunidade onde residem. 2. Todos têm direito a serem políglotas e a saberem e usarem a língua mais apropriada ao seu desenvolvimento pessoal ou à sua mobilidade social, sem prejuízo das garantias previstas nesta declaração para o uso público da língua própria do território.

Ressalta-se que toda mudança que ocorre na língua forma um paralelo com as mudanças humanas, com as mudanças no comportamento social das pessoas, ou melhor, correspondem às necessidades de grupos específicos ou não de falantes durante a manifestação criativa, cuja população possui um mesmo sentimento de inovação, criação ou adoção.

É importante que esses elementos da língua sejam adotados no ensino para que os alunos tenham essa visão sobre a língua e não se limitem apenas num conceito mais fechado. E além de aprender a estrutura gramatical da língua o aluno também aprenderá como usá-la em diferentes contextos, o que não ocorreria se a escola só ensinasse as regras. Sobre esta questão, pretende-se mostrar que língua não é apenas a gramática. O aluno pode dominar a gramática, mas é importante dominar as regras de uso em contexto social (a pragmática).

Em todo o mundo cabe aos governos estabelecer políticas sobre as línguas desde a promoção, ensino, preservação e a determinação das funções em cada espaço. Para um melhor debate propõe-se definir os conceitos de política linguística e o planejamento. É necessário distinguir a política linguística do planejamento. Severo define por política linguística, o eixo que tradicionalmente se volta para “uma prática de caráter estatal-legislativo, debruçando-se por exemplo, sobre a oficialização de línguas, a escolha do alfabeto para a representação gráfica de uma língua, a hierarquização formal das línguas (língua de trabalho, oficiais, nacionais, por exemplo), entre outros” (Severo, 2013, p. 451).

Segundo Severo, o planejamento é a implementação das decisões dadas pela política linguística. Na mesma perspectiva Calvet (2007) defende que o planejamento é o uso de uma língua no ensino, o uso da língua como em instituições públicas e no cotidiano de uma dada população. Sendo assim, quando se elabora um documento para uma instituição em português corresponde a implementação da política linguística.

Segundo Timbane (2018), “a política linguística e o planejamento são ordens (leis) que precisam ser cumpridas pelos cidadãos”. Quem não cumpre a lei é sancionado e sofre punições diversas: reprovação em concursos, repetição do ano no caso dos alunos, ou exclusão social, política, econômica e cultural. Para o autor, “a sociedade atual é muito exigente e sempre privilegia as línguas estrangeiras como alavanca para o sucesso, o que em muitos casos não corresponde à verdade” (Timbane, 2018, p.121).

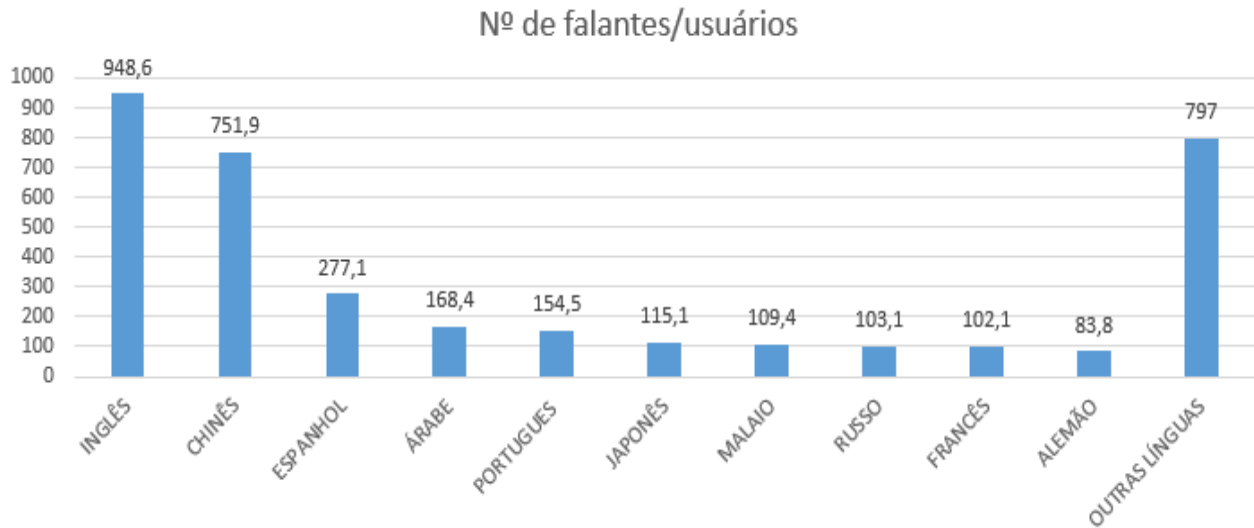
A decisão do ensino do inglês nas escolas brasileiras foi decidida pela política linguística, mas o seu ensino nas escolas fundamentais, médio e superior constitui o planejamento linguístico. Olhando sob o ponto de vista da política linguística da LI pode-se afirmar que ela vem ganhando um espaço importante no mundo moderno: primeiro porque é falado por mais de um bilhão e meio de pessoas no mundo; segundo porque é a língua usada em mais de 70% das publicações científicas; e terceiro é a língua das organizações internacionais (Leffa citado em Papin, 2011).

A política linguística é importante para todas as nações, mas ela não pode servir de instrumento de exclusão e opressão. A Constituição Federativa do Brasil (1988) não dá nenhuma providência sobre as Libras e as mais de 180 línguas indígenas brasileiras cuja maioria está em vias de extinção. Essa atitude é ao nosso ver perigosa e com pretensão de silenciar as línguas locais. A seguir veremos a origem da LI e ofereceremos dados que suscitam o debate.

Falando do “Inglês como uma língua global” Crystal (2003) aponta as principais vantagens de aprender inglês no mundo e os espaços que esta língua ocupa. A primeira constatação de Crystal está relacionada com a expansão rápida provocada pela colonização para depois dar enfoque na importância econômica dos países pertencentes à anglofonia. O desenvolvimento econômico e o poder político dos Estados Unidos, Inglaterra e Austrália elevam fortemente o poder das línguas. O autor aponta a importância do desenvolvimento tecnológico que impulsiona a expansão do inglês (Crystal, 2003, 2004). O gráfico 1 mostra dados atualizados sobre o número de falantes de línguas mais usadas no mundo. Cada dado foi calculado em milhões.

### **Gráfico 1.**

As dez línguas mais faladas/usadas no mundo e o número de falantes. Fonte: Internet World Stats (Apud Osman, 2017, p.13)



Como se pode observar no gráfico 1, o número de usuários de inglês está estimado em 948,6 milhões de pessoas. A segunda e a terceira línguas mais faladas é ocupada pelo chinês (mandarim) e espanhol. Os dados de chinês se justificam pelo fato de a China ser o país mais populoso do mundo com cerca de 1.376.048.943 (IBGE, 2015). Das línguas aqui apresentadas nenhuma delas é de origem africana nem americana. Todas as línguas africanas e americanas têm menor expressividade. As demais línguas do mundo foram incluídas no item “Outras línguas” somando 797 milhões.

## 2.OS ANGLICISMOS NO PORTUGUÊS DO BRASIL

Moita Lopes mostra as forças contraditórias em relação ao inglês, onde países se preocupavam com a entrada da língua nos seus territórios, pensando na integridade do estado-nação. O ensino da LM poderia deixar de ser usada e, por conseguinte haveria destruição da língua local, prevalecendo à LI. E o inglês passaria a ser a língua mais usada, fazendo com que mais pessoas procurassem aprender a língua. Mas Graddol (2006, p. 316) argumenta que a língua inglesa no futuro estaria num “estágio de saturação de interesse, da parte do contingente de pessoas que poderiam adotá-lo como língua global.” e que em um determinado momento haveria um declínio do inglês. No entanto, abriria espaço para outras LE.

Segundo Timbane (2012) as línguas emprestam-se palavras a todo momento. As palavras emprestadas não voltam mais. Por isso “empréstimo linguístico” é um termo usado na linguística para designar a entrada de palavras de outras línguas numa dada língua. Ninguém se lembra que a palavra **gol** provém do inglês e é **objetivo**. Ninguém vai querer gritar: **objetivoooooooooo** quando

alguém marca o **gol**. Isso significa que a palavra **gol**, assim como **futebol** e outras pertence à nossa língua, a LP.

Entendamos por empréstimo, o processo da passagem do léxico ou expressão de uma língua A para a B, movimento que inclui integração. No empréstimo se inclui alguma adaptação que pode ser fonético, semântico ou gráfica. Já os estrangeirismos, são palavras vindas de outras línguas que se integram sem adaptação gráfica ou fonética, tal como nas palavras *jazz, miss, doping* (Timbane, 2012, p.296) ou *brother, delivery, designer, fashion, jeans, link, delete, t-shirt, show, site, self-service, off, car wash, pendrive* (Timbane, 2014, p.54). As palavras saem de língua A para a B por duas razões:

**a) por necessidade:** quando não houver uma palavra correspondente na língua de chegada. Por exemplo, no *pendrive, rap, hip-hop, tablete, jeans, designe, taxi, overdose, etc.*

**b) por luxo:** quando já existe uma palavra, mas os falantes preferem a palavra estrangeira. Por exemplo: *aids, short, drinque, goal, chip, bike, meeting, bacon, etc.*

As siglas e os acrônimos da língua inglesa formam novas palavras no português. Por isso mesmo ninguém tenta usar a sigla DD (para Disco Duro), todos usam HD (Hard Disk), nem SPG (Sistema de Posição Global) para a sigla GPS (Global Position System), nem VIH (Vírus de Imunodeficiência Humana) para HIV (*Humain Immunodeficiency Virus*) e assim, sucessivamente (Timbane, 2014, p.56). As palavras *aids (Acquired Immune Deficiency Syndrome)*, *ipone (Interface Protocol Option Device)*, *radar (Radio Detecting and Ranging)*, *laser (Light Amplification by Stimulated Emission of Radiation)*, *cd (Compact Disk)* resultam do processo de empréstimo de sigla ou acrônimo que se torna em palavra. Estes exemplos mostram o poder da LI na LP.

Há formação de palavras novas a partir da junção da palavra da LI + LP: é o caso de **disk bebidas, disk marmítex, disk denúncia, disk taxi, disk lanches**, etc. (Timbane & Alves, 2017, p. 19). Devido a demanda de pessoas que buscam aprender o inglês, seja para uso pessoal ou profissional, surgiram novas escolas de línguas. Inclusive, disponibilizou-se cursos presenciais e à distância para facilitar os interessados, cujo objetivo é de facilitar a entrada dessas pessoas ao mundo globalizado. Outras pessoas viajam para o exterior afim de realizar cursos intensivos de idiomas e aproveitam para realizar intercâmbios socioculturais e especialização profissional.

A LI vem sendo requisito nas provas de concurso, nas vagas de emprego, o que obriga, muitas das vezes, ao cidadão investir mais em LE. Por outro lado, há pessoas que buscam aprender o inglês por conta do valor simbólico que a língua tem, pelo *status* que podem ganhar ao dominar a



língua. É possível analisar a LI como instrumento de comercialização, onde instituições se favorecem devido a grande procura dos cursos de idioma. Usam a língua como estratégia para o seu crescimento, usando propagandas que chamam a atenção, utilizam de pessoas famosas para seu comercial e assim a população vai sendo influenciada a usar o inglês. Essas instituições reforçam representações de aprendizagem como objeto de desejo de consumo.

Muitos brasileiros estão valorizando mais essa língua, aceitando tranquilamente, enquanto a língua materna está ficando sem a devida importância, como destaca Graddol (2006). Ou seja, deixam de entender e aprender a sua própria língua para focar numa LE que está sendo imposta na sociedade. Segundo Souza (Apud Rezende & Paula, 2013),

Historicamente, a educação brasileira deixou-se afundar em um estranho e bizarro caso de alienação. A comunicação em línguas estrangeiras, com especial destaque para a língua inglesa, representa um conjunto de habilidades altamente valorizado pela sociedade brasileira.

Os anglicismos conseguiram se inserir na sociedade por conta da aceitação das pessoas, muitas delas atribuem valor ao inglês e acabam por reproduzir tais palavras e expressões, o que acaba por fortalecer e aumentar o uso. Por conta do uso rotineiro, alguns anglicismos foram modificados, para se aproximar mais do português, como por exemplo, o futebol.

Há também as siglas e os acrônimos que entraram no português e hoje são usadas como palavras. E talvez as pessoas usem e nem saibam que estas palavras são oriundas de outras línguas, principalmente do inglês. “Fenômenos linguísticos do tipo neologismos, estrangeirismos, empréstimos têm enriquecido a língua portuguesa nos últimos anos”, segundo Timbane (2014, p. 50). Para o autor, é de grande relevância tratar dessas palavras, siglas e expressões, pois passaram a fazer parte do dia a dia da nossa língua, então é importante que as pessoas saibam da origem da palavra que está usando.

Segundo Houaiss (2009, p.1742), as siglas datam de 1836. São definidas como sendo “a letra inicial de uma palavra ou conjunto de letras iniciais de diversas palavras”. Exemplo: DVD, DJ, TV, PF, RG, CPF, etc. Por sua vez os acrônimos são mais recentes. Para Houaiss (2009, p.42) os acrônimos datam do século XX e se referem a “palavra formada pela inicial ou por mais de uma letra de cada um dos segmentos sucessivos de uma locução ou pela maioria dessas letras”. Exemplo: UNILAB, RAP, PALOP, UNESCO, etc. Muitas palavras entram no português, mas não conseguem se manter, ficam na boca do povo, mas com um tempo desaparecem, deixam de serem usadas. Outras

se firmam, mas com o tempo são ajustadas à língua da comunidade (aportuguesamento) (Timbane, 2014; Assis, 2007).

O inglês representa uma ameaça às demais línguas e culturas e assim como no Brasil, há países que estão adotando políticas linguísticas para evitar e punir o uso do inglês, os chamados estrangeirismos. A Lei contra que os estrangeirismos proposto pelo Deputado Aldo Rebelo (PL, 1676/1999) revela essa preocupação. O projeto de Lei, por si só não se pode controlar os estrangeirismos porque o mundo globalizado está forte. É o inglês que comanda as economias e as tecnologias. Querendo ou não precisamos dos estrangeirismos para atender as necessidades tecnológicas da atualidade.

O estrangeirismo, segundo Timbane (2012, p. 8) é uma “palavra de uma língua **A** que passa a ser usada na língua **B** que pode ou não conservar as características da língua de origem, quer dizer, é o emprego de unidades lexicais provenientes de outra (s) língua (s)”.

Garcez e Zilles (2002) trazem uma discussão acerca dos estrangeirismos, defendendo que os estrangeirismos não ameaçam a LP. Para Garcez e Zilles (2002) os políticos querem manter no poder a língua imposta por eles, a língua idealizada, associada ao exercício do poder, não levando em consideração a variação linguística existente no próprio português. Para esses grupos políticos o interesse é que a comunidade esteja utilizando a língua de forma legítima, “correta”, de acordo com a gramática idealizada. Evitando assim o uso de palavras e termos de outras línguas. Justificando que estão “defendendo a língua contra impurezas e invasão”. Mas na realidade não passa de grupos políticos partidários que fazem parte da classe dominante nacional e querem manter-se no controle de suas doutrinas. Ignorando a “língua do povo” e esquecendo-se de debater sobre a enorme diversidade linguística brasileira, que isto sim, é necessário e de grande relevância para a sociedade brasileira, para acabar com o pensamento de que a língua é única.

E sobre os empréstimos, os autores apresentam palavras que vieram de outras línguas e culturas, e que hoje estão no português como se fossem da própria língua, como por exemplo, garçom, sutiã, o esporte e o clube, que se incorporaram naturalmente à LP. Ou seja, mostra que não há uma língua pura e que sempre vai ter palavras que são oriundas de outras, integradas à língua. A frequência do uso do estrangeirismo é dinâmica. As palavras podem aparecer e desaparecer ao longo do tempo.

Quando os empréstimos são acolhidos pela língua, muitos falantes nem conseguem perceber, principalmente os falantes mais novos da língua, que já aprendem como parte da língua que fala. Por conta disso, muitas pessoas não reconhecem os empréstimos, pois acham que as palavras são

originárias do próprio português, por exemplo. No entanto, no português existem muitas palavras vindas de outras línguas e que hoje, estão bem familiarizadas com a sociedade. E o inglês é a grande fonte contemporânea de empréstimos ao Português e às demais línguas, como afirmam (Garcez & Zilles, 2002).

Neste sentido, pode-se perceber a língua como objeto de desejo e também como instrumento de poder, dominação e alienação. Quem a utiliza consegue ter privilégios, valorização por falar a língua. O inglês é uma língua que consegue adentrar com facilidade na sociedade e atrair os falantes para seu uso e se mantém presente no convívio social. Vejamos a seguir como a LI foi concebida no ensino médio brasileiro.

### **3.LEIS DE BASE DO ENSINO DA LÍNGUA INGLESA NO BRASIL**

Na década de 1990, no Brasil, houve uma grande discussão acerca da publicação dos Parâmetros Curriculares para o ensino fundamental das escolas, ao qual davam privilégio à LI. Essa discussão envolvia por um lado, argumentos de que os alunos necessitavam de habilidades na leitura, por outro de que não era necessária leitura e sim era preciso que os alunos tivessem habilidades na oralidade, pois a população tinha mais contato com a oralidade, como por exemplo, nas músicas, do que em textos escritos. (cf. Dourado & Obermark, 2008; Leffa, 2008).

Além do ensino nas escolas, muitas palavras inglesas já são muito utilizadas pelos brasileiros, mesmo quem não sabe falar o idioma já consegue utilizar no seu dia a dia. Por exemplo: *hambúrguer, shopping, black friday, hacker, 50% off, test drive, marketing, fast food, doping* entre outros. As pessoas já conseguem entender o significado de palavras sem ter estudado o inglês, apenas por ver e ouvir diariamente e isto faz com que a palavra permaneça ativa e siga adentrando cada vez mais no vocabulário brasileiro. Essas palavras oriundas de outros países e inseridas no Brasil são chamadas de anglicismos, que de acordo com Timbane e Alves (2017) são termos ou expressões que entram na LP comprovadamente provenientes do inglês com objetivo de enriquecer a língua, sendo um fenômeno dinâmico que varia com o tempo. A cada dia essas palavras ficam mais presentes e impossíveis de não utilizar na sociedade, estão praticamente em todos os lugares, havendo a necessidade do seu uso.

A LDB nº 9.394/96 inclui obrigatoriamente uma LE no currículo do ensino fundamental e médio, além de outra LE, de caráter opcional, no nível médio. O quadro 1 mostra como o ensino médio foi estruturado para lidar com a LI. As escolas do Brasil já aderiram ao inglês, porém com um ensino básico, que não está de acordo com as exigências do mundo, da atualidade. Os alunos

recebem um conhecimento básico, precisando buscar aprimoramento fora do espaço escolar. O quadro 2 ilustra essa situação. Os planos do Ministério da Educação aprovaram um programa de ensino para “o inglês ver”. Dá para perceber porquê há pouco investimento em materiais didáticos que facilitem o ensino.

Segundo Oliveira (2014, p. 80) o problema do ensino de LE em escolas públicas não é o professor, nem a sua formação e muito menos a incompetência da escola, mas está nas leis que regem o ensino e as medidas públicas voltadas para o funcionamento do sistema público de educação. Para o autor, as publicações do MEC, se caracterizam como uma **política do fingimento**. Ou seja, há uma ideologia que consta nos escritos oficiais do Ministério, mas que na realidade não se aplica em nenhuma escola de ensino de LE. Por isso, não se pode colocar culpa nos professores ou escolas, mas refletir onde está o problema e quem é o culpado por essa deficiência no âmbito escolar e buscar melhorar o ensino. Segundo o autor, têm-se uma incoerência entre as leis relativas à educação e a realidade do ensino de LE em escolas públicas.

Já para Oliveira e Paiva (2014) o que se pode ver nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e Médio (PCNs) é o preconceito sofrido pelas escolas públicas. Para ela, é lamentável um documento oficial querer justificar e impor o ensino de língua apenas através da leitura e mais ainda querer justificar dizendo que o professor não domina a língua que ensina, o que poderia estar dando suporte para que esses profissionais pudessem trabalhar e ensinar com qualidade, propondo políticas de qualificação e não desqualificando o ensino como mostra na citação abaixo. Brasil, (1998, p. 21)

Deve-se considerar também o fato de que as condições na sala de aula da maioria das escolas brasileiras (carga horária reduzida, classe superlotas, pouco domínio das habilidades orais por parte da maioria dos professores, material didático reduzido a giz e livro didático etc.) podem inviabilizar o ensino das quatro habilidades comunicativas. Assim, o foco na leitura pode ser justificado pela função social das línguas estrangeiras no país e também pelos objetivos realizáveis tendo em vista as condições existentes (Brasil, 1998, p. 21).

Neste caso, há um descaso do poder público com as escolas e com o próprio ensino de LE. Nos PCNs orientam que a LE como parte dissolúvel do conjunto de conhecimentos essenciais que permitem ao estudante aproximar-se de várias culturas e, conseqüentemente, propiciam sua integração num mundo globalizado. Aqui um desejo real do aluno, mas a realidade é que o ensino não chega dessa forma, com esse objetivo na sala de aula. As aulas são básicas e muito do que se

ensina nem chega a se aproximar desse desejo que consta no PCN. Os projetos pedagógicos reais são ultrapassados.

Oliveira (2014) segue afirmando que não adianta criar leis e regulamentações e não fazê-las cumprir. É fácil colocar no papel o que se tem como ideologia, inserir no âmbito escolar, mas depois “cruzam-se os braços e faz-se de conta” (Oliveira, 2014, p. 85) que tudo sairá conforme consta nos documentos oficiais. Outro ponto que ele sinaliza como falho, é que para além de ignorar a lei que eles [poder público] mesmo criam, ainda omitem as especificidades da LE, causando divergências quanto ao ensino. Uma vez que não se direciona o ensino, este ficará incompleto e comprometido quanto ao uso da língua, seja na oralidade como na escrita.

O autor fala ainda que o sistema educacional deve oferecer ao aluno “um leque mais amplo de oportunidades de aprendizagem... e busque a formação que deseja” (Oliveira, 2014, p. 88). O ensino deve abarcar as necessidades do alunado e não impor regras de aprendizado, pois precisam de um ensino que atendam as exigências do mundo extraescolar.

Leffa (2003) comenta que o domínio de uma língua estrangeira não é uma competência que possa ser disfarçada. Para ele, a LE leva tempo até que se consiga dominar, por isso as aulas que acontecem nas escolas não é o suficiente para o domínio pleno da língua. Mesmo estudando durante anos na escola o aluno ainda sai sem conhecer a LI. O autor vai mostrando o “causador” do fracasso do ensino de LE nas escolas brasileiras. Inicia falando do Governo Federal, que é de onde parte as leis maiores que direcionam o ensino da LE para as instâncias menores, estaduais e municipais. Ou seja, ordenam como será o ensino de línguas na escola e quais seus objetivos.

Não importando com a qualidade do ensino ou se os alunos estão realmente aprendendo a língua ensinada, mas tendo como foco a inclusão dessa língua nas escolas. Apesar de a responsabilidade ser do Governo, tais leis não dão condições para a aprendizagem, há falta de material para o aluno, o professor sem formação, sem curso de aperfeiçoamento. E isto é responsabilidade do governo, mas para eles o que importa é que a LE esteja inserida nas escolas, não importa se está atendendo a necessidade do aluno ou do próprio mundo globalizado. O Governo cria as leis, mas não cobra para que se cumpram as exigências contidas nelas.

O professor também tem participação para o fracasso do ensino de línguas, muito deles não possui um conhecimento geral para que se possam ensinar esses alunos e ensina o básico, o conhecimento que receberam, muitas vezes, dentro da academia. O que não é suficiente para esse aluno, que pretende sair da vida escolar para o mercado de trabalho ou que pensa em conhecer outros lugares, no exterior. Leffa (apud Papin, 2011) diz que não é preciso apenas “oferecer escola para

todos, construindo prédios, mas ter professores qualificados para a sala de aula”. Para mostrar esse déficit de professores (Leffa apud Papin, 2011) traz o resultado de uma prova que a Secretaria Estadual de Educação de São Paulo fez em dezembro de 2008, onde 3.000 professores tiraram nota zero e 1.500 já lecionavam. Isto prova como os professores de língua estrangeira não tem o conhecimento sobre a própria língua que ensina. O autor traz esses dados para mostrar a preocupação que se tem com a educação. Pois se há um motivo para o ensino de língua estrangeira estar dentro das escolas, é preciso que haja ferramentas para que este seja dado de forma eficiente e com qualidade e não apenas dar porque tem que seguir o que consta nas leis e PCN’s.

Para o autor “o saber não pode apenas espalhar-se pela superfície como um perfume sobre a pele; precisa penetrar no organismo para provocar mudanças” (Leffa apud Papin, 2011). O aluno também não deixa de ser motivo do fracasso no ensino. Para explicar isso, Papin (2011) traz conceitos que diferenciam aluno de estudante, a palavra aluno enfatiza a ideia de receber instrução de alguém, sugerindo certa passividade (aluno é aquele que é ensinado), ao passo que estudante enfatiza a atividade que a pessoa exerce (estudante é aquele que estuda).

Partindo desse pressuposto, o aluno deve entender que além de ser aluno deve ser estudante, passando a estudar e não ficar apenas como receptor de informação, desprendendo-se do professor partindo para a busca do conhecimento, sendo capaz de ir além do que é ensinado na sala de aula. Mas nas escolas é possível ver alunos de todos os tipos, uns que vão porque, muitas das vezes, são obrigados pelos pais, outros por interesse no diploma, outros para perturbar o professor, etc. Estes são quase certos que terão dificuldade ao sair do ambiente escolar. É evidente que o aluno, o professor e o sistema educacional/governo têm culpa quanto a decadência do ensino de língua estrangeira nas escolas, principalmente o governo que “não acusa e nem reclama, apenas prega a inclusão” Leffa (2001, p. 24 apud Papin, 2011).

#### **4.PERSPECTIVAS DO INGLÊS NAS PRÓXIMAS DÉCADAS E CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As tendências atuais das línguas no mundo moderno, em especial as línguas africanas e indígenas brasileiras é incerta. É incerta porque as políticas linguísticas tendem a valorizar as línguas europeias em prejuízo das locais. No Brasil havia mais de 1500 línguas e agora restaram cerca de 180 línguas (Rodrigues, 2010). No mundo há muitas línguas em perigo, muitas delas estão em vias de extinção ou extintas devido a políticas linguísticas falhas que não incentivam, nem encorajam a expansão das mesmas.

A Declaração Universal dos Direitos linguísticos (UNESCO, 1996) define por comunidade linguística “toda a sociedade humana que, radicada historicamente num determinado espaço territorial, reconhecido ou não, se identifica como povo e desenvolveu uma língua comum como meio de comunicação natural e de coesão cultural entre os seus membros”. Essas comunidades tendem a desaparecer visto que as suas línguas autóctones são proibidas nas escolas, na justiça e na função pública. Vejamos o cenário de Moçambique para compreendermos melhor as tendências das línguas faladas naquele espaço:

### Quadro 3.

Decrescimento das línguas bantu moçambicanas. Fonte: INE, apud (Timbane, 2013, p.36)

Língua materna	% de falantes em 1980	% de falantes em 1997	% de falantes em 2007
Bantu	98,8	93,5	89,3
Português	1,2	6,5	10,7

Como se pode observar no Quadro 3, de 1980, ano do primeiro recenseamento ao ano 2007, o número de falantes de línguas bantu como língua materna decresceu significativamente. Esse cenário é apenas exemplo, para ilustrar o que acontece no resto do continente e no mundo em geral. As políticas linguísticas que valorizam apenas as línguas dos colonizadores prejudicam fortemente as línguas autóctones. A África do Sul fornece um exemplo ímpar no mundo inteiro ao ter oficializado 11 línguas das quais apenas o inglês é de origem europeia.

A LI quanto as outras diversas línguas oficiais continuarão sendo instrumentos de exclusão social. O português oprime, por exemplo, quando um simples cidadão e analfabeto é privado dos seus direitos devido ao fraco domínio da norma-padrão (Timbane & Rezende, 2017). O inglês oprime muito mais que o português. Significa que quem não domina o inglês fica impedido de estabelecer parcerias e negociação de políticas e econômicas com outros anglófonos.

O inglês crescerá cada vez mais (Crystal, 2005), uma vez que as tecnologias lidam com esta língua. Se o inglês é língua da ciência e da tecnologia certamente continuará crescendo e expandindo horizontes. Em todos os países lusófonos, o português é língua oficial, mas o Estado obriga que o inglês seja ensinado nas escolas em paralelo com a língua oficial. O inglês continuará hegemônico e língua do poder econômico mundial uma vez que os seus falantes se encontram privilegiados. Crystal (2005, p.36) defende que o inglês vai se desconfigurar rapidamente porque “quando uma língua se espalha, ela muda.”

Os produtos industrializados em países anglófonos sempre difundirão as suas marcas e língua, o que de certo modo é uma imposição linguística. Veja-se mesmo no Brasil, que é um país lusófono, os produtos industrializados carregam a LI nos rótulos e manuais de uso. O estudo de Timbane e Coelho (2018) demonstra essa tendência com vários exemplos. Essa atitude de alienação linguística impulsiona a venda de produtos, mas ao mesmo tempo valoriza a língua do outro.

Muitas línguas de povos dominados econômico e politicamente terão muitos estrangeirismos e empréstimos lexicais nas suas línguas fenômeno que resultará da descoberta de novos fenômenos tecnológicos dos próximos séculos. Por outro lado, a internet impulsionará cada vez mais a expansão do inglês possibilitando que a língua seja conhecida por muitas pessoas em redor do mundo. Segundo Shepherd e Saliés (2013) a internet influenciará a e-gramática, a e-educação, assim como aumentará o número de letramento.

O artigo 8 da Carta da Unesco (1996) determina que “todas as comunidades linguísticas têm o direito de organizar e gerir os seus próprios recursos, com vista a assegurarem o uso da sua língua em todas as funções sociais.” Enquanto o imperialismo continuar, jamais as nações pobres poderão usufruir das suas línguas locais. Os povos pobres continuarão se apoiando no inglês para conseguir sobreviver num mundo economicamente dependente do conhecimento do inglês.

O artigo 17 (UNESCO, 1996) determina que “todas as comunidades linguísticas têm direito a dispor e a obter na sua língua toda a documentação oficial, qualquer que seja o suporte (papel, informático, ou outro), nas relações respeitantes ao território de que essa língua é própria.” Algumas línguas indígenas brasileiras já são oficiais. Severo (2013) cita o baniwa, tukano, nhenguetu são oficiais em São Gabriel da Cachoeira (AM). Precisamos de mais exemplos semelhantes para que as línguas indígenas brasileiras cresçam e que sejam preservadas. Essa ação deveria ocorrer na mesma intensidade como se expande o inglês e o português que são línguas oficiais do Brasil.

Organizações da anglofonia como a União Europeia e *Commonwealth* continuarão fomentando a língua inglesa no mundo e aumentarão o número de Estados-membros. Muitos países lusófonos em África (e também nas Américas) fazem parte da *Commonwealth* por interesses econômicos, por isso mesmo que se afirma que a LI passou a ser imperialista.

## REFERÊNCIAS

Alves, I. M. (1996). O conceito de neologia: da descrição lexical à planificação linguística. *Alfa*, 40, 11-16. UNESP.



- Assis, A. B. G. de. (2007). *Adaptações fonológicas na pronúncia de estrangeirismos do inglês por falantes de Português Brasileiro*. [Dissertação]. Faculdade de Ciências e Letras.
- Brasil. (1988). *Constituição Federativa do Brasil*. Senado Federal.
- Brasil. (1996). *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*.
- Brasil. (1998). *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental, língua estrangeira*. Secretaria de Educação Fundamental.
- Brasil. (1999). *Projeto de Lei 1676/1999*. Senado Federal.
- Calvet, L. J. (2007). *As políticas linguísticas*. Parábola.
- Carvalho, N. (2009). *Empréstimos linguísticos na língua portuguesa*. Cortez.
- Crystal, D. (2003). *English as a global language*. CUP.
- Crystal, D. (2004). *Language and the internet*. CUP.
- Crystal, D. (2005). *A revolução da linguagem*. Jorge Zahar.
- Dourado, M. R. & Obermar, G. M. (2008). Uma reflexão sobre Parâmetros Curriculares Nacionais de línguas estrangeiras e transposição didática. In Leffa, V. J. (Org.). *O professor de línguas estrangeiras: construindo a profissão* (pp.411-418). Educat.
- Fernandes, T. G. (2010). Língua e poder: a língua como instrumento ou estratégia política nos países de língua portuguesa. *Geo-Paisagem*, 9(17).
- Garcez, P. M. & Zilles, A. M. (2002). Estrangeirismos: desejos e ameaças. In: Faraco, C. A. (Org.). *Estrangeirismos: guerras em torno da língua* (pp. 15-36). Parábola.
- Graddol, D. (2006). *English next*. British Council.
- Houaiss, A. & Villar, M. de S. (2009) *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa*. Houaiss.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. (2015). [https://atlascolar.ibge.gov.br/images/atlas/mapas\\_mundo/mundo\\_populacao\\_total.pdf](https://atlascolar.ibge.gov.br/images/atlas/mapas_mundo/mundo_populacao_total.pdf)
- Leffa, V. J. (2003). O ensino do inglês no futuro: da dicotomia para a convergência. In: Stevens, C. M. T & Cunha, M. J. C. (Org.). *Caminhos e colheita: ensino e pesquisa na área de inglês no Brasil* (pp. 225-250). Editora UnB.
- Leffa, V. J. (2008). Aspectos políticos da formação do professor de línguas estrangeiras. In Leffa, V. J. (Org.). *O professor de línguas estrangeiras: construindo a profissão* (pp. 353-376). Educat.
- Oliveira e Paiva, V. L. M. (2014). Ilusão, aquisição ou participação. In: Oliveira, L. A. (Org.). *Métodos de ensino de inglês: teorias, práticas, ideologias* (pp.33-46). Parábola.
- Oliveira, R. A. de. (2014). A matrix da LE no Brasil: a legislação e a política do fingimento. In: Oliveira, L. A. (Org.). *Métodos de ensino de inglês: teorias, práticas, ideologias* (pp.79-92).

Parábola.

- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (1996). *Declaração Universal de Direitos Linguísticos*. UNESCO.
- Osman, T. (2017). Why has english the language for all the written materials at the international level?. *Global Journal of humain-social Science*, 7(6), 12-26.
- Papin, D. (2011). O inglês e as minorias étnicas no Reino Unido. In: Gimenez, T.; Calvo, L. C. S & El Kadri, M. S. (Org.). *Inglês com língua franca: ensino-aprendizagem e formação de professores* (pp. 116-126). Pontes.
- Rezende, S. M. de & Paula, L. G. (2013). Alienação e pressão durante a aprendizagem da língua inglesa. *Emblema*, 10(1), 39-50.
- Rodrigues, Â. L. (2011). *A língua inglesa na África: opressão, negociação, resistência*. Ed. UNICAMP.
- Rodrigues, A. D. (2010). Tupi, tupinamba, línguas gerais e o português no Brasil. In: Noli, V. & Wolf, D. (Org.). *O português e o tupi no Brasil* (pp.27-47) Contexto.
- Saussure, F. (2006). *Curso de linguística geral*. Cultrix.
- Severo, C. G. (2013). Política(s) linguística(s) e questões de poder. *Alfa*, 57(2), 451-473.
- Shepherd, T. G. & Salies, T. G. (2013). *Linguística da internet*. Contexto.
- Timbane, A. A. (2014). A formação de palavras a partir de siglas e acrônimos estrangeiros na língua portuguesa. *Verbum: Cadernos de pós-graduação*, (6), 50-68.
- Timbane, A. A. (2013). *A variação e a mudança lexical da língua portuguesa em Moçambique*. [Tese] Universidade Estadual Paulista.
- Timbane, A. A. (2012). Os estrangeirismos e os empréstimos no português falado em Moçambique falado em Moçambique. *Caderno de estudos linguísticos*, 54(2). Campinas.
- Timbane, A. & Alves, M. J. (2017). A dinâmica do português brasileiro na imprensa escrita: o caso de empréstimos e estrangeirismos lexicais. *A Cor das Letras*, 18(2), 8-25.
- Timbane, A. A. & Coelho, D. M. (2018). A expansão lexical em produtos alimentícios industrializados no português brasileiro. *Confluências: Revista do Instituto da Língua Portuguesa*, (54), 222-243.
- Timbane, A. A. & Rezende, M. C. M. (2017). A língua como instrumento opressor e libertador no contexto lusófono: o caso do Brasil e de Moçambique. *Travessias*, 10(3), 389- 408.